

Tarifas de Trump são ataque à democracia no Brasil e nos EUA



» **ROGÉRIO SOTTILI**
Diretor executivo do Instituto
Vladimir Herzog

A imposição unilateral de tarifas de 50% sobre os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos, anunciada pelo presidente Donald Trump, não é apenas uma medida surpreendentemente irracional do ponto de vista da lógica econômica, política ou diplomática — é, antes de tudo, uma afronta injustificável à soberania brasileira e um ataque direto à democracia e ao Estado de Direito no Brasil.

Trump atropela os fatos — os Estados Unidos têm ampla vantagem na relação comercial com o Brasil, com superavit de mais de 400 bilhões de dólares apenas nos últimos 15 anos — e elenca falsos pretextos para o tarifaço, de práticas comerciais supostamente desleais — como os pagamentos via Pix ou o comércio da Rua 25 de Março —, à defesa da “liberdade de expressão” nas plataformas digitais — leia-se livre circulação de discursos de ódio e fake news.

Pior: atribuindo-se superpoderes de presidente global, condiciona a suspensão da majoração das tarifas a uma anistia do Judiciário brasileiro ao ex-presidente — o “Trump dos trópicos” — por tramar o assalto ao poder pela força após ser derrotado nas urnas no pleito presidencial de 2022.

Os ataques à Praça dos Três Poderes em Brasília, em janeiro de 2023, repetiram a invasão ao Capitólio em Washington, em 2021. Em ambos

os casos, extremistas rejeitaram os resultados eleitorais e tentaram desestabilizar a democracia. Trump teve seu julgamento suspenso durante seu novo mandato, mas o caso pode ser retomado depois. No Brasil, Bolsonaro e outros réus serão em breve julgados pelo Supremo por envolvimento na tentativa de golpe.

Garantindo o direito à ampla defesa, o Judiciário brasileiro tem sido exemplo para o mundo de resistência democrática, investigando, denunciando e processando com rigor os que investem contra a ordem constitucional e o Estado de Direito. Se nos Estados Unidos a Justiça respeitasse igualmente os princípios democráticos e constitucionais, provavelmente Donald Trump sequer teria concorrido à presidência pela segunda vez.

Trump e Bolsonaro compartilham o uso do poder para interesses pessoais, acima do bem comum. No conluio entre Eduardo Bolsonaro e Trump, os maiores prejudicados são cidadãos e economias dos dois países, com milhares de empresas afetadas, empregos perdidos, cadeias produtivas quebradas e aumento de preços.

A intervenção dos EUA com o aumento das tarifas deve ser vista como parte de um esforço mais amplo de subversão da democracia via chantagem econômica — uma tentativa de transformar o Brasil em refém de interesses autoritários. O episódio revela como a cultura de impunidade, que atravessa do período ditatorial aos dias atuais, segue sendo usada como moeda de troca. Essa lógica perversa, que relativiza crimes de lesa-democracia em nome de “acordos políticos”, é justamente o que o Instituto Vladimir Herzog combate desde sua fundação.

A resposta do governo brasileiro à intimidação de Donald Trump tem sido firme. Lula reafirmou o compromisso com o diálogo, a

soberania nacional e a separação dos Poderes. Sancionou também a Lei da Reciprocidade Econômica, que permite respostas proporcionais a medidas unilaterais contra nossa economia. A democracia brasileira não será moeda de troca. A soberania do Brasil não está à venda.

Em maio do ano passado, por iniciativa do Instituto Vladimir Herzog, parlamentares do Brasil e dos Estados Unidos, diante dos ataques às instituições democráticas nos dois países, emitiram uma declaração conjunta em defesa dos princípios democráticos de governança, do respeito aos direitos humanos, do sistema de freios e contrapesos entre os Três Poderes e da garantia de processos eleitorais livres, justos e transparentes. Essa rede internacional precisa ser fortalecida, pois o que está em jogo não é apenas uma tarifa ou um acordo comercial — é o futuro da democracia no mundo.

Brasil e Estados Unidos compartilham mais de 200 anos de relações diplomáticas e cooperação internacional. Neste momento, parlamentares, empresários, sindicatos, organizações da sociedade civil e cidadãos conscientes — brasileiros e americanos — devem estreitar laços e se manifestar contra os ataques de Trump e seus aliados, um tipo de escalada política e econômica que só serve, lá e aqui, aos interesses do autoritarismo.

O povo dos Estados Unidos e do Brasil continuará resistindo às ameaças às nossas democracias. Ambos têm uma história marcada por lutas por liberdade e justiça — do movimento pelos direitos civis nos EUA à resistência contra o golpe de 2022 e à ditadura no Brasil. Essa herança comum nos une e fortalece diante dos desafios atuais. Seguiremos firmes, pois a democracia é uma conquista coletiva que exige vigilância, coragem e ação constante.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



O bem-estar da população

Sendo o único animal que se move por interesses, o homem é, por conseguinte, um ser negociador. A política é, em si, a arte de negociar acordos, estabelecendo pontes. O impasse enfrentado, agora, pelo Brasil com a taxação imposta pelos americanos aos produtos de nosso país, é a prova inequívoca de que negociar é tão importante quanto respirar. É, nesse ponto, quando a maré baixa, que vemos quem de fato estava nadando nu.

Fosse colocado como pré-requisito aos candidatos ao governo o notório saber nas artes de negociar, em todas as suas vertentes, quer seja na política, nos tratados econômicos, nos mercantis poucos ou quase nenhum de nossos candidatos às eleições atenderiam essa exigência. O fato é que o bem-estar da população vem do direcionamento correto nas negociações. No caso do Estado, as negociações são feitas para atender as necessidades reais de sua população, e não para as pretensões dos governos. Não por outra razão, os países que mais se destacam na qualidade de vida dos seus cidadãos são, justamente, aqueles que têm sob seu comando pessoas dotadas da habilidade da negociação. Países que não têm em seus governos dirigentes que saibam negociar, ou nada entendem desse mister, são justamente aqueles em que as populações são as mais atingidas por crises cíclicas e profundas.

Negociar, antes de ser uma ciência humana, é uma arte delicada, em que é possível encontrar o ponto de equilíbrio entre interesses diversos e diferentes. Só a boa negociação torna o negócio rentável, embora se saiba que, na verdadeira negociação, todos acabam ganhando. O que fez do Itamaraty o que ele era nas relações internacionais foi, justamente, essa capacidade que os representantes do Brasil tinham de bem negociar. Hoje, essa fama ficou no passado, substituída por variantes outras, como conceitos moldados em argamassa, o que não propicia riqueza e, sim, dependência.

À luz de fatos concretos recentes, divulgados pela imprensa econômica e por agências de comércio internacional, é notório que, nos últimos meses, os Estados Unidos anunciaram, oficialmente, novas tarifas sobre produtos importados do Brasil, com destaque para o aço e o alumínio, setores historicamente sensíveis. A justificativa americana, como de praxe, é de “segurança nacional e protecionismo econômico”, mas há claros elementos geopolíticos e de pressão comercial em jogo. Em alguns casos, o Brasil foi equiparado a países como China e Rússia, no que diz respeito a barreiras tarifárias, o que é um indicativo preocupante de perda de prestígio diplomático.

Segundo dados da ComexStat e do Ministério da Indústria e Comércio, em 2024, o Brasil exportou mais de US\$ 4 bilhões em produtos metálicos aos EUA. Com as novas taxações, parte significativa desse comércio se tornará inviável, o que pode levar à perda de milhares de empregos na cadeia industrial brasileira e à retração em polos siderúrgicos importantes, como Minas Gerais e Espírito Santo. Enquanto alguns países, como México, Canadá e Coreia do Sul, conseguiram renegociar, ou pelo menos adiar a aplicação de tarifas unilaterais por parte dos EUA, o Brasil tem se mostrado desinteressado em buscar soluções diplomáticas reais. O Ministério das Relações Exteriores emitiu apenas notas protocolares, e não há registros de ações contundentes de pressão junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) ou tentativas de construir coalizões diplomáticas multilaterais, como seria esperado em uma situação com tamanho impacto.

A condução da política externa brasileira tem sido reiteradamente eivada de desprezo. Isso transforma negociações comerciais em palco de confronto simbólico, e não em arenas de construção de consenso que dê segurança à população e aos investidores. Em vez de usar as instituições multilaterais, a diplomacia técnica e o pragmatismo, o Brasil tem optado por respostas retóricas e, até agora, ineficazes. As consequências para a população brasileira serão severas.

A médio e longo prazo, os impactos de uma diplomacia ineficiente recaem diretamente sobre a sociedade brasileira, na forma de desemprego em setores exportadores sensíveis; aumento da informalidade, especialmente, em regiões industriais; inflação decorrente da instabilidade cambial e perda de competitividade; isolamento comercial, dificultando a entrada do Brasil em cadeias globais de valor; além de uma diminuição de investimentos estrangeiros diretos, dado o risco percebido pelos investidores sobre a previsibilidade política e econômica do país.

Estudo recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que o Brasil perde até R\$ 40 bilhões ao ano por não integrar acordos comerciais relevantes com países desenvolvidos, muitos dos quais são parceiros históricos dos EUA. Negociar nesse mundo globalizado é governar. Resta saber que interesses o atual governo tem para tirar o Brasil da roda. O país enfrenta o mundo com discursos, enquanto os demais países negociam com cláusulas, garantias, acordos e assinaturas.

Negociar não é sinal de fraqueza, é expressão de inteligência estratégica. O Itamaraty já foi referência global em diplomacia técnica, tendo desempenhado papel central em fóruns como a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou nas negociações do Acordo de Paris. Hoje, essa herança foi desperdiçada. Se quisermos garantir prosperidade interna e relevância internacional, é urgente resgatar a arte da boa negociação, entendendo que, em um mundo interdependente, a soberania real é exercida com inteligência e diálogo, e não com trincheiras ideológicas e outras opções nada práticas. A questão é: há interesse em garantir a prosperidade do povo desta nação?

A frase que foi pronunciada:

“A ciência é inerentemente antiautoritária tal como a democracia. Ao contrário do que por vezes se julga, em ciência não existem autoridades, mas sim especialistas, pois apenas à realidade se reconhece autoridade para escolher entre hipóteses rivais.”

Timothy Ferris

História de Brasília

Um dos graves problemas do ex-Distrito Federal é o do trânsito. A cápsula que conduziu Glen Jr. Ao kosmos levou, do Galeão para a Cinelândia, em um terço do tempo que gastou para uma volta em torno da Terra. (Publicada em 6/5/1962)

Maurenilson Freire



Mulheres: nem seguras, nem iguais. Até quando?



» **CLAUDIA COSTA**
Doutora em direito político econômico, professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo

Apesar de termos avançado rumo à igualdade de gênero e de direitos das mulheres em muitos aspectos durante o século passado e no começo do século 21, o atual retrocesso é flagrante em muitos países, inclusive o Brasil. Nos últimos anos — especialmente logo após a pandemia da covid-19, que agravou o cenário —, enfrentamos não apenas uma estagnação, mas a perda de direitos e garantias fundamentais das mulheres. É grave, e vivemos o silêncio deliberado em relação a esse retrocesso.

A ONU Mulheres completou 15 anos no último dia 2 de julho, e seu relatório divulgado na ocasião, é alarmante. Segue imperiosa a necessidade de enfrentamento aos desafios quanto à desigualdade laboral, econômica, digital e, principalmente, de combate à violência de gênero, que se manifesta de várias formas. Mesmo registrando algum avanço, como a redução da mortalidade materna em um terço ou o aumento de participação política em alguns países, os pontos negativos superam as conquistas. O feminicídio é sua manifestação mais forte.

No relatório de 2024, a ONU classifica essa brutal agressão às mulheres e meninas como epidemia. Os dados até o ano anterior revelam

que, a cada 10 minutos, uma mulher é morta por alguém próximo — seja marido, companheiro, ex-parceiro ou alguém da família, totalizando 85 mil mulheres assassinadas no mundo. A ONU Mulheres alerta que nenhum país está livre do feminicídio e que o perigo do recente aumento dos números é visível.

O Brasil ocupa lugar vergonhoso de destaque entre os primeiros países. O acirramento do machismo e o evidente racismo na violência de gênero contribuem de maneira substancial. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, dos 1.463 homicídios de mulheres registrados no ano passado, 63,9% das vítimas eram negras. A pesquisa, realizada em parceria com o Instituto Datafolha, revela que 21,4 milhões de brasileiras — ou seja, 37,5% das mulheres — sofreram algum tipo de violência no ano anterior, representando o maior índice desde o começo da série histórica em 2015. Os homens brasileiros, filhos de mulheres brasileiras, estão mais cruéis e desumanos.

Os dados do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) mostram também que não avançamos na proteção institucional. Mais de 60% das mulheres vítimas de violência dizem que não confiam nas instituições policiais, sustentadas pelo imposto de todos, homens e mulheres.

A violência é perceptível também no mundo digital. Pesquisas como as do Lab Think Olga e Instituto Avon já sinalizaram que 76% das mulheres no Brasil sofreram algum tipo de violência digital. Uma maneira nova de silenciar a voz da mulher. Ameaças de divulgação de imagens, assédio, perseguição em redes sociais ou utilização e modificação de imagens

por inteligência artificial (IA) são formas de violência que se somam às “reais”. Silencia-se a mulher, apaga-se sua identidade.

Essa normalização da violência não é ao acaso. Ela tem sido sistematicamente alimentada por tentativas de deslegitimação das políticas de gênero, por discursos oficiais e desmonte de estruturas de apoio. A estrutura de acolhimento à mulher é alvo preferencial de cortes orçamentários, como aqueles destinados às casas-abrigo ou que resultam na debilidade de políticas educativas.

Mas há resistência à essa onda desumana. Iniciativas parlamentares, como a Rede Justicieras e o Mapa do Acolhimento, assim como ações afirmativas em favor da lei Mariana Ferrer (Lei 14.245/21) mostram que ainda não estamos mergulhadas na mais profunda treva do obscurantismo. A realidade, no entanto, ainda é desesperadora e segue firme sem dar mostras de mudança profunda.

Um exemplo é o discurso que desqualifica o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 05 — a igualdade de gênero — da agenda 2030 da ONU, sabotando a implantação de políticas nesse sentido. É uma de suas faces. A ONU Mulheres relaciona o cumprimento necessário de 14 dos ODS a partir da eliminação da violência de gênero. Realizar essa agenda significa dar cumprimento aos nossos fundamentos de uma civilização justa e democrática.

A ameaça é visível, tem estórias e rostos, com dados a serem combatidos com coragem para mudar o rumo sombrio do retrocesso e da história. Não é impossível mudar, mas a cada dia que passa a inércia, o silêncio, a violência e o assassinato tentam nos tornar mais fracas.